Reunião de 01/09/2025

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
REALIZADA A UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
ATA N.º 19/2025

_____ Ao primeiro dia do mês de setembro, do ano de 2025, reuniu o Órgão Executivo do Município de Alcanena, pelas 14h30, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. _____

_____ Encontravam-se presentes os seguintes membros: _____

_____ **PRESIDENTE:** _____

_____ - Alexandre Hilário Afonso Gameiro Pires, nas faltas e impedimentos do Presidente da Câmara _____

_____ **VEREADORES PRESENTES:** _____

_____ - Tiago Gabriel Cardoso Baiona Borralho _____

_____ - José Luís Gomes Ramos _____

_____ - Eduardo César Pereira Clemente, em substituição de Marlene Vieira Agostinho Carvalho _____

_____ - Sónia Carla Horta Bento _____

_____ - Nuno Miguel Costa Silva _____

_____ **FALTAS JUSTIFICADAS** _____

_____ - Rui Fernando Anastácio Henriques, por motivos profissionais. _____

_____ - Marlene Vieira Agostinho Carvalho, por se encontrar no gozo do período de férias. _____

_____ **1 – Presente à reunião o pedido de substituição da presente reunião, formulado por Marlene Vieira Agostinho Carvalho.** _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Justificada a falta da Senhora Vereadora Marlene Vieira Agostinho Carvalho. _____

_____ Face ao pedido de substituição mencionado, e convocado o eleito seguinte, **tomou posse** nas funções de Vereador desta Câmara Municipal o Senhor **Eduardo César Pereira Clemente**, portador do Cartão de Cidadão número 11800376, válido até 10-05-2031, residente na Rua da Pena, n.º 48, em Louriceira, da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, Concelho de Alcanena, em substituição da Vereadora Marlene Vieira Agostinho Carvalho, que pediu substituição para esta Reunião, por motivo de férias. _____

_____ Verificada a conformidade legal do processo eleitoral com a identidade do eleito, o Senhor Vice-Presidente da Câmara declarou-o investido nas suas funções, do

Reunião de 01/09/2025

que, para constar, se lavrou a Ata de Investimento, que foi assinada pelo empossando e pelo empossado. _____

_____ ORDEM DE TRABALHOS _____**_____ 1 - PONTO PRÉVIO _____**

_____ 1.1 - Ata da Reunião de Câmara Ordinária n.º 18/2025, realizada a 18 de agosto de 2025. (Para deliberação) _____

_____ 1.2 - Designação de Fiscal Único da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM, S.A. Documento ref.ª 202520082. Processo ref.ª 2025/900.20.200/8. (Para deliberação) _____

_____ 2 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

_____ 2.1 - Pedido de Redução de Tarifas (RSU). Documento ref.ª 202519189. Processo ref.ª 2025/300.10.002/118. (Para deliberação) _____

_____ 2.2 - Pedido de Redução de Tarifas (RSU). Documento ref.ª 202518344. Processo ref.ª 2025/300.10.002/116. (Para deliberação) _____

_____ 2.3 - Pedido de Redução de Tarifas (RSU). Documento ref.ª 202518362. Processo ref.ª 2025/300.10.002/117. (Para deliberação) _____

_____ 2.4 - Despesas sem compromisso, relativas a contratos de fornecimento de gás propano e a granel realizado com a entidade Petrogal, SA. Documento ref.ª 202517531. Processo ref.ª 2021/300.10.005/868. (Para deliberação) _____

_____ 2.5 - Aditamento ao contrato de empréstimo até €4.700.000,00, destinado a financiar a área de Acolhimento Empresarial A1/A23 – construção – 1.ª fase, outorgado no dia 25-03-2025, entre o Município de Alcanena e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal, C.R.L. – prorrogação do prazo da 1.ª utilização. Documento ref.ª 202520087. Processo ref.ª 2025/350.40.401/1. (Para deliberação) _____

_____ 2.1 – SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL _____

_____ 2.1.a - Alteração 23 ao Orçamento e 22 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2025. Documento ref.ª 202519327. Processo ref.ª 2025/350.10.001/1. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.b - Alteração 24 ao Orçamento e 23 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2025. Documento ref.ª 202519661. Processo ref.ª 2025/350.10.001/1. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.c - Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos - Período de 09 a 13 de agosto de 2025. Documento ref.^a 202519463. Processo ref.^a 2025/300.50.400/1. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.d - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 01-06-2025 a 15-08-2025. Documento ref.^a 202519702. Processo ref.^a 2025/150.20.400/5. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.e - Resumo Diário de Tesouraria do dia útil anterior à presente reunião. (Para conhecimento) _____

_____ 3 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL _____

_____ 3.1 - Apoio Económico - Processo 202529458. Documento ref.^a 202519934. Processo ref.^a 2025/650.20.304/21. (Para deliberação) _____

_____ 3.2 - Apoio a estudantes do Ensino Superior 2025/2026. Documento ref.^a 202519955. Processo ref.^a 2025/650.10.100/6. (Para deliberação) _____

_____ 3.3 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Joana Pires. Documento ref.^a 202520086. Processo ref.^a 2025/300.10.005/1735. (Para deliberação) _____

_____ 3.4 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Tiago Jesus. Documento ref.^a 202520085. Processo ref.^a 2025/300.10.005/1737. (Para deliberação) _____

_____ 3.5 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Tânia Valente. Documento ref.^a 202520091. Processo ref.^a 2025/300.10.005/1736. (Para deliberação) _____

_____ 3.6 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Ariana Marta. Documento ref.^a 202520088. Processo ref.^a 2025/300.10.005/1733. (Para deliberação) _____

_____ 3.7 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Bernardo Martins. Documento ref.^a 202520092. Processo ref.^a 2025/300.10.005/1734. (Para deliberação) _____

_____ 4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO _____

Reunião de 01/09/2025

_____ 4.1 - Regulamento Acreditar Alcanena - Pedido de Isenção IMI, ao abrigo do artigo 15.º - Famílias Numerosas. Documento ref.ª 202519685. Processo ref.ª 2025/850.10.003/43. (Para deliberação) _____

_____ 4.2 - Regulamento Acreditar Alcanena - Pedido de Isenção IMI, ao abrigo do artigo 15.º - Famílias Numerosas. Documento ref.ª 202519704. Processo ref.ª 2025/850.10.003/50. (Para deliberação) _____

_____ 4.3 - Regulamento Acreditar Alcanena - Pedido de Isenção IMI, ao abrigo do artigo 16.º - Apoio à fixação de residência de jovens. Documento ref.ª 202518251. Processo ref.ª 2025/850.10.003/44. (Para deliberação) _____

_____ 4.4 - Majoração da taxa de IMI 2024 - Matriz Urbana n.º 2146 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira. Documento ref.ª 202518148. Processo ref.ª 2024/350.10.200/4. (Para deliberação) _____

_____ 4.5 - Imposto Municipal sobre Imóveis 2024 – Intenção de classificação do prédio como ruína - Artigo matricial n.º 306 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira. Documento ref.ª 202518237. Processo ref.ª 2024/350.10.200/4. (Para deliberação) _____

_____ **5 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** _____

_____ 5.1 - Minuta do contrato referente ao 1.º Adicional ao contrato número 75/2024, de Adjudicação da empreitada número n.º DPGOM _2024_07 - Execução do Parque do Lavradio, à firma "MIRATERRA – OBRAS PÚBLICAS, LDA", adicional este referente a trabalhos complementares – erros e omissões e outros - e trabalhos a menos. Documento ref.ª 202519870. Processo ref.ª 2025/400.30.001/80. (Para deliberação) _____

_____ 5.2 - Empreitada_ DPGOM_2025_023 - Remodelação do sistema AVAC do Cine-Teatro São Pedro em Alcanena: _____

_____ - Relatório Final - Ata n.º 3 do júri do Concurso Público. Documento ref.ª 202519572. Processo ref.ª 2025/300.10.001/26. (Para deliberação) _____

_____ - Minuta de contrato. Documento ref.ª 202519786. (Para deliberação) _____

_____ 5.3 - Emp_DPGOM_2024_30 – Requalificação da Escola Primária de Bugalhos em Creche: _____

_____ - Erros e Omissões, Trabalhos Complementares e trabalhos a menos - Prorrogação de Prazo. Documento ref.ª 202517822. Processo ref.ª 2024/300.10.001/82. (Para deliberação) _____

_____ - Minuta de contrato. Documento ref.ª 202520008. Processo ref.ª 2025/400.30.001/83. (Para deliberação) _____

_____ 6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO _____

_____ 6.1 - Proposta de apoio financeiro à Associação Centro Ciência Viva do Alviela. Documento ref.^a 202519448. Processo ref.^a 2025/850.10.003/49. (Para deliberação) _____

_____ 6.2 - Proposta de doação de documentos de Judite Reis para o Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcanena. Documento ref.^a 202518910. Processo ref.^a 2025/300.10.004/17. (Para deliberação) _____

_____ 6.3 - Proposta de doação de documentos de Marta Pimpão para o Centro de Documentação do Museu Municipal. Documento ref.^a 202518931. Processo ref.^a 2025/300.10.004/15. (Para deliberação) _____

_____ 7 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL _____

_____ 7.1 - Ponto de Situação Proteção Civil - DECIR 2025, de 1 a 31 de agosto. Documento ref.^a 202519266. Processo ref.^a 2025/550.20.500/63. (Para conhecimento)

_____ 8 – SERVIÇO VETERINÁRIO MUNICIPAL _____**_____ APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA _____****_____ PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO _____**

_____ Estando presente público na audiência, o Senhor Vice-Presidente da Câmara convidou quem assim o desejasse a fazer uso da palavra. _____

_____ Usou da palavra a **Senhora Naia Alexandre**, questionando o Senhor Vice-Presidente da Câmara sobre a possibilidade de lhe ser dada resposta ao pedido que havia formulado na Reunião de Câmara realizada em 2 de junho de 2025, relativamente à instalação indevida de uma antena na parede da habitação da sua avó. Referiu ainda outra questão, que lamentou ter ficado omissa da ata dessa reunião, relacionada com a caixa de terra associada à ligação da referida antena, sobre a qual disse também havido feito referência. _____

_____ Lamentou igualmente que a advogada da sua avó ainda não tivesse obtido qualquer resposta ao e-mail enviado em maio passado, apesar de este ter sido reenviado, mantendo-se, passados três meses, a situação por resolver. _____

_____ O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** informou que já havia abordado o assunto com o trabalhador responsável da Autarquia, mas que, no momento, não se recordava da resposta obtida. _____

_____ Sugeriu então à Senhora Naia Alexandre que, no final da presente reunião, o acompanhasse para, juntos, falarem com o referido trabalhador. No entanto, a Senhora Naia Alexandre manifestou a sua indisponibilidade para o fazer nesse dia, tendo, contudo, demonstrado abertura para agendar essa reunião noutra data. _____

Reunião de 01/09/2025

_____ O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** tomou nota do contacto telefónico da Senhora Naia Alexandre e comprometeu-se a contactá-la no dia seguinte, com vista à resolução definitiva da questão. _____

_____ Prosseguiu a **Senhora Naia Alexandre**, lamentando uma situação ocorrida em 2023, em que pareceu que a sua família em particular é gozada. Referiu que, em dezembro de 2023, a empresa NVA – Imobiliária, S.A. comunicou à Câmara Municipal a intenção de reparar fissuras e proceder à pintura do muro de dois imóveis. Contudo, foi enviada uma resposta a informar que não havia necessidade dessa intervenção, uma vez que o muro já se encontrava pintado há vários anos. _____

_____ Acrescentou que, atualmente, o seu vizinho está a proceder à pintura de um muro situado em plena via pública e, quando a própria manifestou intenção de pintar o muro dentro da sua propriedade, essa ação foi-lhe negada com o argumento de que o mesmo já se encontrava pintado. Referiu que o muro do seu vizinho se encontra pintado de branco desde que tinha cinco anos de idade e que está agora a ser novamente pintado. _____

_____ Esclareceu que não se opõe ao facto de os munícipes poderem pintar os seus muros quantas vezes considerarem necessário, mas defendeu que deveria ter o mesmo direito. Questionou, por isso, se o seu vizinho comunicou previamente à Câmara Municipal a intenção de proceder à pintura, sublinhando que a intervenção está a ser realizada por uma funcionária, em plena via pública. _____

_____ Aproveitou ainda para sugerir que as atas das reuniões de Câmara possam ser previamente disponibilizadas aos munícipes que nelas intervêm, antes da sua aprovação formal, permitindo-lhes verificar e confirmar a transcrição das suas intervenções. _____

_____ O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que os munícipes são convidados a participar nas reuniões, mas que as atas são apenas aprovadas pelo executivo municipal. _____

_____ A **Senhora Naia Alexandre** concordou com o esclarecimento, mas manifestou preocupação com o facto de apenas vir a conhecer o teor transcrito da sua intervenção cerca de um mês mais tarde. Considerou que, sendo a sua intervenção retratada em ata, deveria ter o direito de intervir para corrigir eventuais omissões, sem necessidade de intervir na Ordem de Trabalhos. Defendeu que deveria existir um mecanismo que agilizasse este tipo de situações. _____

_____ Interveio o **Senhor Vereador Eduardo Clemente**, referindo que, na sua opinião, a solução passaria pela presença dos munícipes nas reuniões subseqüentes àquela em que intervieram e que, do ponto de vista regimental, poderia ser equacionada uma forma mais eficaz de resolver esta questão. _____

_____ A **Senhora Naia Alexandre** concluiu a sua intervenção referindo que muitas pessoas com quem se cruza na via pública lhe dizem que não comparecem às Reuniões de Câmara porque tal implicaria faltar ao trabalho. Acrescentou que, nas ocasiões em que as reuniões se realizam às 17h00, por vezes, quando chega pelas 17h20, estas já terminaram. Finalizou, afirmando que aguardará o contacto telefónico do Senhor Vice-Presidente da Câmara, bem como a resposta à questão por si colocada relativamente à situação do seu vizinho. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Senhor Joaquim Ganaipo**, dirigindo-se ao Senhor Vereador Nuno Silva, no sentido de saber se já existia resposta à questão que havia colocado em Reuniões de Câmara anteriores, relativamente à situação de contentores cheios na localidade de Chã de Cima. Questionou, ainda, sobre a possibilidade de antecipar a recolha dos resíduos, habitualmente efetuada às terças-feiras, para o dia anterior – segunda-feira. _____

_____ O **Senhor Vice-Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Nuno Silva**, que informou que a situação já foi comunicada à empresa RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., encontrando-se ainda a Autarquia a aguardar resposta. Referiu, no entanto, que, à partida, a alteração solicitada não seria fácil de implementar, uma vez que implica um desvio da rota habitual de recolha. Acrescentou que está igualmente a ser equacionado o reforço do número de contentores, não apenas para a Chã de Cima, mas também para outras localidades. _____

_____ O **Senhor Joaquim Ganaipo** manifestou a sua incompreensão relativamente à dificuldade de alteração do dia da recolha, considerando que a mudança de terça-feira para segunda-feira não deveria representar um transtorno logístico significativo. Referiu, ainda, que, naquela data, havia três contentores visivelmente cheios na Chã de Cima, que poderiam ter sido esvaziados caso a recolha ocorresse nesse dia (segunda-feira), sendo agora necessário aguardar até ao dia seguinte. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** reiterou que a situação foi devidamente reportada e que qualquer alteração dependerá da logística da empresa responsável pela recolha. _____

_____ **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

Reunião de 01/09/2025

_____ **Pelas 14h43 o Senhor Vice-Presidente questionou os Vereadores presentes se tinham alguma questão, comentário ou sugestão a colocar no Período Antes da Ordem do Dia.** _____

_____ Antes de dar a palavra aos Senhores Vereadores presentes, o **Senhor Vice-Presidente da Câmara** transmitiu um pedido do Senhor Presidente da Câmara para a marcação de uma Reunião de Câmara Extraordinária, propondo que a mesma se realize no próximo dia 10-09-2025, pelas 09h00, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. _____

_____ A realização desta reunião justifica-se pela necessidade de submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal alguns pontos que, por diversos motivos, não poderão ser apreciados na presente reunião, designadamente: _____

_____ - O ponto 2.5 – Aditamento ao contrato de empréstimo, até ao montante de €4.700.000,00, destinado a financiar a Área de Acolhimento Empresarial A1/A23 – Construção – 1.ª Fase, contrato esse outorgado em 25 de março de 2025, entre o Município de Alcanena e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal, C.R.L., estando em causa a prorrogação do prazo da 1.ª utilização. Este ponto será retirado da Ordem de Trabalhos da presente reunião por ausência da minuta do referido aditamento, não enviado atempadamente pela instituição bancária;

_____ - Alguns movimentos contabilísticos, incluindo autorização para repartição de encargos, que se encontram ainda em fase de preparação pela Subunidade de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental; _____

_____ - Dar conhecimento relativo ao encerramento definitivo da Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo (caso a ata chegue atempadamente). _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a marcação de uma Reunião de Câmara Extraordinária, a ter lugar no dia 10-09-2025, pelas 09h00, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, para apreciação dos pontos acima referidos, que carecem de submissão à próxima Assembleia Municipal. _____

_____ Seguidamente, usou da palavra o **Senhor Vereador José Luís Ramos**, que alertou para a necessidade de reforço da fiscalização por parte da Câmara Municipal relativamente à atuação da empresa RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. Referiu que o serviço prestado tem sido, no seu entender, incoerente e pouco cuidado. Exemplificou com situações em que os funcionários, ao passarem junto dos contentores, verificando que os mesmos contêm pouco lixo, optam por não proceder à recolha. Acrescentou ainda que, aquando da descarga dos ecopontos, não existe preocupação quanto ao correto posicionamento dos

contentores, sendo frequente que fiquem desalinhados, e que não é feita a recolha dos resíduos que, eventualmente, fiquem no chão. Sublinhou que o mobiliário urbano deve ser deixado corretamente arrumado e no local apropriado, sendo notório que o espaço envolvente aos contentores não é devidamente zelado. Solicitou, por isso, que a Câmara Municipal reforce a sua ação fiscalizadora sobre este serviço, dada a sua evidente insuficiência. _____

_____ O **Senhor Vereador Tiago Borralho** reforçou a intervenção anterior, acrescentando que se verificam frequentemente lixiviados a escorrer dos veículos da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. durante as operações de recolha. Referiu que tal ocorre devido à falta de estanquicidade de algumas caixas dos camiões, resultando em derrames contínuos durante o processo de carga e descarga. Sublinhou que, sobretudo em dias de maior calor, as poças destes resíduos geram cheiros extremamente desagradáveis, que perduram por muito tempo. _____

_____ O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** informou que têm sido feitas comunicações aos responsáveis da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A., chamando a atenção para a falta de profissionalismo demonstrada por alguns funcionários. Referiu que têm sido reportadas diversas queixas por parte dos munícipes, relacionadas com o descuido observado na recolha de resíduos, e que, apesar da insistência da autarquia, é possível que a mensagem não esteja a ser recebida com a eficácia desejada. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva**, complementando a intervenção do Senhor Vice-Presidente, informou que, no passado dia 24 de junho de 2025, teve lugar uma reunião com alguns responsáveis da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A, na qual foram abordados diversos pontos críticos, nomeadamente: _____

- _____ - Contentores frequentemente sobrelotados; _____
- _____ - Avaliação do reforço da capacidade dos contentores e/ou frequência de recolha; _____
- _____ - Recolha dos resíduos depositados no chão junto aos contentores; _____
- _____ - Cuidados durante a recolha e limpeza dos resíduos derramados; _____
- _____ - Passagem dos veículos sem realização de recolha; _____
- _____ - Não recolha de contentores com reduzida quantidade de lixo; _____
- _____ - Alargamento da rede de contentores face à expansão urbana; _____
- _____ - Recolhas nos feriados; _____
- _____ - Lavagem dos contentores e do espaço envolvente; _____
- _____ - Limpeza em redor dos contentores; _____
- _____ - Reorganização da rede de contentores; _____

Reunião de 01/09/2025

_____ - Elaboração de relatórios mensais com dados de recolha por localidade e rota; _____

_____ - Substituição de contentores de menor capacidade. _____

_____ Adicionalmente, foram discutidas questões relacionadas com a recolha seletiva e a recolha porta-a-porta, tendo sido feito um reforço na atribuição de contentores adequados para este tipo de recolha. Foi ainda abordada a possibilidade de a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. produzir material informativo em inglês, dirigido aos cidadãos estrangeiros residentes nos Municípios da sua área de intervenção. Por fim, foi também mencionado o tema das viaturas no ecocentro. Informou que está previsto que sejam realizadas reuniões para atualização do ponto de situação. Referiu ainda que, aquando da contratação do serviço, as propostas alternativas apresentadas ultrapassavam em mais de 100.000,00€ (cem mil euros) o valor da proposta da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M, S.A. _

_____ O **Senhor Vereador Tiago Boralho** prosseguiu, referindo que, na zona dos Bombeiros Voluntários de Minde, se tem verificado o depósito indevido de monos, sofás e cartões, sobretudo por parte de pessoas que se encontram a realizar obras nas suas habitações. Sublinhou que, em vez de solicitarem a recolha junto dos serviços municipais, optam por deixar esses resíduos nos locais destinados ao lixo comum. Apelou a um reforço da sensibilização da população relativamente à utilização adequada deste serviço. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Vereador Nuno Silva** informou que os contentores têm um autocolante com as informações para a recolha dos monos, e existem pedidos de recolha e que semanalmente os serviços municipais fazem a recolha de monos. ____

_____ O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** referiu que, na zona onde atualmente reside, no centro histórico de Minde, existem dois caixotes do lixo onde os moradores depositam diversos tipos de resíduos, tendo o próprio procurado sensibilizar os cidadãos para o uso adequado desses espaços. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** informou ainda que, na passada sexta-feira, uma das bicicletas elétricas do município foi atirada para fora da estrada, junto ao Centro de Inspeções, onde permaneceu até ser localizada e recolhida. Alertou para a falta de civismo e responsabilidade demonstrada por alguns utilizadores. Informou também que já existem mais de 60 processos na Comunidade Intermunicipal de uso indevido das bicicletas, os quais foram remetidos para os serviços jurídicos. _____

_____ Solicitou o uso da palavra a **Senhora Vereadora Sónia Bento**, que alertou para o cheiro pavoroso proveniente dos caixotes do lixo localizados junto ao Cemitério de Alcanena, tornando insustentável a permanência na zona. Referiu ainda que o

contentor de recolha de vestuário usado, localizado atrás dos caixotes, se encontra completamente cheio, com peças de roupa espalhadas em cima e ao redor. Indicou que existem outros contentores em idêntico estado noutros pontos de Alcanena e questionou sobre a entidade responsável pela recolha dos mesmos, sugerindo que fosse contactada com urgência. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva**, em resposta, esclareceu que o contrato atual prevê a lavagem dos contentores e baldes do lixo seis vezes por ano, ou seja, com uma periodicidade aproximada de dois em dois meses. _____

_____ A **Senhora Vereadora Sónia Bento** considerou que poderia haver locais que não necessitam de lavagens tão frequentes, enquanto noutros, como o referido, a lavagem deveria ser reforçada. _____

_____ O **Senhor Vereador Tiago Borralho** sugeriu uma otimização das lavagens consoante a época do ano, propondo que, das seis lavagens anuais, quatro fossem realizadas durante o verão e duas no inverno. Questionou também se a lavagem era feita no local ou mediante substituição dos contentores. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** esclareceu que a lavagem é feita diretamente no local. _____

_____ Por fim, a **Senhora Vereadora Sónia Bento** alertou para a existência de uma situação de potencial perigo junto à rotunda do supermercado Lidl, concretamente no passeio junto à curva do arruamento de acesso ao estacionamento atrás da Escola Secundária de Alcanena. Informou que, nesse local, foi retirado um sinal de trânsito e, em sua substituição, foi colocada uma cana, o que constitui um risco para a segurança dos peões. Apelou para que a situação seja rapidamente resolvida, de forma a prevenir eventuais acidentes. _____

_____ **Não existindo mais questões por parte dos Senhores Vereadores, no Período Antes da Ordem do Dia, deu-se início à apreciação da Ordem de Trabalhos da presente Reunião.** _____

_____ **PONTO PRÉVIO** _____

_____ **1.1 - Ata da Reunião de Câmara Ordinária n.º 18/2025, realizada a 18 de agosto de 2025. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a Ata da Reunião de Câmara Ordinária n.º 18/2025, realizada a 18-08-2025, tendo o Senhor Presidente da Câmara colocado a mesma à apreciação dos Membros do Executivo e sendo dispensada a sua leitura, por o respetivo texto ter sido distribuído, previamente, pelos Membros do Executivo. _____

Reunião de 01/09/2025

_____ **Deliberação, tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções:**
Aprovada a Ata da Reunião de Câmara Ordinária n.º 18/2025, realizada no dia 18-08-2025, nos termos do disposto no artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ____

_____ **Abstiveram-se** o Senhor Vereador Nuno Silva e o Senhor Vereador Eduardo Clemente, por não terem estado presentes na reunião. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Senhores Vereadores Tiago Borralho, Sónia Bento, José Luís Ramos e o Senhor Vice-Presidente da Câmara. _____

_____ **1.2 - Designação de Fiscal Único da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM, S.A. Documento ref.ª 202520082. Processo ref.ª 2025/900.20.200/8. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta n.º 202520082, que refere que, considerando que o mandato do atual Fiscal Único da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM, S.A., termina a 30 de setembro de 2025, e que o Município de Alcanena é o único acionista da referida empresa municipal, foi solicitado o desenvolvimento dos procedimentos necessários para a designação de um novo Fiscal Único. _____

_____ Neste sentido, a empresa sugeriu o convite à firma “AMADO & GOMES, SROC, Lda.”, NIPC 516151584, atualmente responsável pela função de Revisor Oficial de Contas do Município, para assumir as funções na AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM, S.A., por um período de três anos, mediante ajuste direto. _____

_____ Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o Fiscal Único da empresa local, sob proposta do órgão executivo. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** enquadrou o assunto. _____

_____ O **Senhor Vereador Tiago Borralho** questionou qual o motivo para a vigência do contrato ser estabelecida por períodos de três em três anos. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Vereador Nuno Silva** esclareceu que essa tem sido a prática habitual e que, por essa razão, o período contratual foi mantido nesses termos. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Submeter à Assembleia Municipal, a proposta de designação do Fiscal Único da empresa municipal AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM, S.A., nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, para que esta delibere autorizar a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e

Saneamento de Alcanena, EM, S.A., a convidar, no âmbito de procedimento por ajuste direto, a firma “AMADO & GOMES, SROC, Lda.” para o exercício das funções de Fiscal Único, por um período de 3 anos, ficando o mesmo designado como ROC – Revisor Oficial de Contas da dita empresa municipal, caso lhe venha a ser efetuada a adjudicação. _____

_____ Após conclusão do procedimento, deverá ser dado conhecimento da decisão final ao órgão executivo e deliberativo em próxima reunião e sessão. _____

_____ 2 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

_____ 2.1 - Pedido de Redução de Tarifas (RSU). Documento ref.ª 202519189. Processo ref.ª 2025/300.10.002/118. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, referente ao pedido de redução das Tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, na qual se propõe o deferimento do requerimento apresentado pelo munícipe referido na Informação 202519189, referente às faturas 20250/00001396, 20250/00015315, 20250/00030168 e 20250/00044404, emitidas pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Junto ao pedido entregou uma carta, datada de 14/07/2025, emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, entidade essa que informou que os seus serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo, tendo sido confirmada a situação de rotura, através do ponto de serviço n.º 387131. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução das Tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos apresentado pelo munícipe referido na Informação 202519189, referente às faturas 20250/00001396, 20250/00015315, 20250/00030168 e 20250/00044404, emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ A rotura foi confirmada pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, conforme ponto de serviço n.º 387131. _____

_____ Deliberado informar o requerente e a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa. _____

_____ Mais, foi deliberado aprovar a redução das Tarifas RSU – Resíduos Sólidos Urbanos na fatura que for emitida imediatamente a seguir à fatura confirmada, caso ainda se reflita consumo da rotura. _____

Reunião de 01/09/2025

_____ 2.2 - Pedido de Redução de Tarifas (RSU). Documento ref.ª 202518344. Processo ref.ª 2025/300.10.002/116. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, referente ao pedido de redução das Tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, na qual se propõe o deferimento do requerimento apresentado pelo munícipe referido na Informação 202518344, referente às faturas 20250/00032320, 20250/00017650, 20250/00010182, e 20250/00024972, emitidas em 15-05-2025, 13-03-2025, 17-02-2025, e 15-04-2025, respetivamente, pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, onde nesta última fatura se encontra refletido o consumo de 80 m³, no valor de 325,39€ (trezentos e vinte e cinco euros e trinta e nove cêntimos). _____

_____ Junto ao pedido entregou uma carta, datada de 17/06/2025, emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, entidade essa que informou que os seus serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo, tendo sido confirmada a situação de rotura, através do ponto de serviço n.º 385113, referente às faturas 2025/00024972 e 2025/00039479, no valor de 325,39€ e 95,79€, respetivamente. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução das Tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos apresentado pelo munícipe referido na Informação 202518344. _____

_____ A rotura foi confirmada pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, conforme ponto de serviço n.º 385113, referente às faturas 2025/00024972 e 2025/00039479, no valor de 325,39€ e 95,79€, respetivamente. _____

_____ Deliberado informar o requerente e a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa. _____

_____ Mais, foi deliberado aprovar a redução das Tarifas RSU – Resíduos Sólidos Urbanos na fatura que for emitida imediatamente a seguir à fatura confirmada, caso ainda se reflita consumo da rotura. _____

_____ 2.3 - Pedido de Redução de Tarifas (RSU). Documento ref.ª 202518362. Processo ref.ª 2025/300.10.002/117. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, referente ao pedido de redução das Tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, na qual se propõe o deferimento do requerimento apresentado pelo munícipe referido na Informação 202518362, referente às faturas 20250/00042381, 20250/00028333, 20250/00013508,

20240/00085610, 20240/00071703 e 20240/00057360, emitidas pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima.

_____ Junto ao pedido entregou uma carta, datada de 14/07/2025, emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, entidade essa que informou que os seus serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo, tendo sido confirmada a situação de rotura, através do ponto de serviço n.º 386875. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução das Tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos apresentado pelo munícipe referido na Informação 202518362, referente às faturas 20250/00042381, 20250/00028333, 20250/00013508, 20240/00085610, 20240/00071703 e 20240/00057360, emitidas pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ A rotura foi confirmada pela AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, conforme ponto de serviço n.º 386875. _____

_____ Deliberado informar o requerente e a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa. _____

_____ Mais, foi deliberado aprovar a redução das Tarifas RSU – Resíduos Sólidos Urbanos na fatura que for emitida imediatamente a seguir à fatura confirmada, caso ainda se reflita consumo da rotura. _____

_____ **2.4 - Despesas sem compromisso, relativas a contratos de fornecimento de gás propano e a granel realizado com a entidade Petrogal, SA. Documento ref.ª 202517531. Processo ref.ª 2021/300.10.005/868. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, referente às despesas relativas a contrato de fornecimento de gás propano a granel, realizado com Petrogal, SA, encontrando-se por regularizar um saldo total no valor de 34.493,69€ (trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três euros e sessenta e nove cêntimos), relativo ao abastecimento de gás nos seguintes equipamentos e nos valores de: _____

_____ • Piscinas de Minde – Valor Total – 27.563,25€ (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e três euros e vinte e cinco cêntimos); _____

_____ • Polidesportivo de Minde – Valor Total – 3.010,46€ (três mil e dez euros e quarenta e seis cêntimos); _____

Reunião de 01/09/2025

_____ • Complexo do Alviela – Valor Total – 100,50€ (cem euros e cinquenta cêntimos); _____

_____ • Habitação Social em Vila Moreira – Valor Total – 441,99€ (quatrocentos e quarenta e um euros e noventa e nove cêntimos); _____

_____ • Jardim de Infância de Vila Moreira – Valor Total – 3.377,49€ (três mil, trezentos e setenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos); _____

_____ Propõe-se que seja deliberado realizar o pagamento em falta, a título de prestação indemnizatória, tendo como suporte o enriquecimento sem causa relativamente ao contratualizado, nos termos do artigo 473.º, n.º 1 e artigo 474.º do Código Civil. _____

_____ Usou da palavra o **Senhor Vereador Tiago Borralho**, referindo que não era a primeira vez que este tipo de informação era apresentado em Reunião de Câmara. Esclareceu que não colocava em causa o procedimento financeiro, mas questionou a razão pela qual continuam a surgir faturas pendentes de pagamento. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Vereador Nuno Silva** informou que o concurso público já foi lançado, sendo que as faturas agora apresentadas correspondem a despesas remanescentes relativas ao funcionamento corrente dos edifícios municipais, até assinatura do respetivo contrato entre as partes. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado realizar o pagamento em falta à Petrogal, S.A, no valor de 34.493,69€ (trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três euros e sessenta e nove cêntimos), a título de prestação indemnizatória, tendo como suporte o enriquecimento sem causa relativamente ao contratualizado, nos termos do artigo 473.º, n.º 1 e artigo 474.º do Código Civil. _____

_____ **2.5 - Aditamento ao contrato de empréstimo até €4.700.000,00, destinado a financiar a área de Acolhimento Empresarial A1/A23 – construção – 1.ª fase, outorgado no dia 25-03-2025, entre o Município de Alcanena e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal, C.R.L. – prorrogação do prazo da 1.ª utilização. Documento ref.ª 202520087. Processo ref.ª 2025/350.40.401/1. (Para deliberação)** _____

_____ **O presente ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos**, justificado pela informação verbal da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Organizacional e Gestão Financeira e Patrimonial, de que a instituição bancária não enviou atempadamente a minuta do Aditamento ao contrato de empréstimo. _____

_____ **2.1 – SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL** _____

_____ **2.1.a – Alteração 23 ao Orçamento e 22 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2025. Documento ref.^a 202519327. Processo ref.^a 2025/350.10.001/1. (Para conhecimento)** _____

_____ O Senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento da listagem. ____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Alteração 23 ao Orçamento e 22 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2025. _____

_____ **2.1.b - Alteração 24 ao Orçamento e 23 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2025. Documento ref.^a 202519661. Processo ref.^a 2025/350.10.001/1. (Para conhecimento)** _____

_____ O Senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento da listagem. ____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Alteração 24 ao Orçamento e 23 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2025. _____

_____ **2.1.c - Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos - Período de 09 a 13 de agosto de 2025. Documento ref.^a 202519463. Processo ref.^a 2025/300.50.400/1. (Para conhecimento)** _____

_____ O Senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento da listagem. ____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos, no período 09 a 13 de agosto de 2025. _____

_____ **2.1.d - LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - Compromissos Plurianuais Assumidos no Período de 01-06-2025 a 15-08-2025. Documento ref.^a 202519702. Processo ref.^a 2025/150.20.400/5. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente, para conhecimento, a Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos no período de 01-06-2025 a 15-08-2025, no âmbito da LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos no período de 01-06-2025 a 15-08-2025, no âmbito da LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, nos termos da lei. ____

_____ **2.1.e - Resumo Diário de Tesouraria do dia útil anterior à presente reunião. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião o Resumo Diário de Tesouraria, datado de 29-08-2025, o qual acusa um saldo de 4.004.946,00€ (quatro milhões, quatro mil, novecentos e quarenta e seis euros), sendo 3.312.481,66€ (três milhões, trezentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e um euros e sessenta e seis cêntimos) de operações

Reunião de 01/09/2025

orçamentais e 692.464,34€ (seiscentos e noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos) de operações não orçamentais. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Resumo Diário de Tesouraria, datado de 29-08-2025, o qual acusa um saldo de 4.004.946,00€ (quatro milhões, quatro mil, novecentos e quarenta e seis euros), sendo 3.312.481,66€ (três milhões, trezentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e um euros e sessenta e seis cêntimos) de operações orçamentais e 692.464,34€ (seiscentos e noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos) de operações não orçamentais. _____

_____ **3 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL** _____

_____ **3.1 - Apoio Económico - Processo 202529458. Documento ref.^a 202519934. Processo ref.^a 2025/650.20.304/21. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a Proposta mencionada em epígrafe, a qual se deixa aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta de documentos da presente Ata. _____

_____ Propõe-se a atribuição de apoio eventual, ao requerente constante do Processo 202529458, por motivos de carência económica, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, na sua atual redação. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a atribuição de apoio eventual, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, conjugado com a alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º e o n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, bem como com a alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao seguinte processo, devidamente enquadrado no regime previsto pelo Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, na sua redação atual: _____

_____ - Processo n.º 202529458, identificado na proposta com a referência 202519934, no valor de 650,00 € (seiscentos e cinquenta euros), destinado a apoio para pagamento de despesas relacionadas com o valor mensal da renda de habitação. _____

_____ **3.2 - Apoio a estudantes do Ensino Superior 2025/2026. Documento ref.^a 202519955. Processo ref.^a 2025/650.10.100/6. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta mencionada em epígrafe, na qual se propõe a aprovação do Processo de Abertura das Candidaturas ao Apoio Extraordinário aos Estudantes do Ensino Superior, para o ano letivo de 2025/2026. _____

_____ Propõe-se, também, a aprovação dos valores por escalão e intervalos de rendimento, mantendo-se os do ano anterior, nomeadamente: _____

_____ - Escalão A: 150.00€ (cento e cinquenta euros) / mês, para rendimentos per capita mensal entre 0,00€ (zero euros) e 250,00€ (duzentos e cinquenta euros); _____

_____ - Escalão B: 100,00€ (cem euros) / mês, para rendimentos per capita mensal entre 251,00€ (duzentos e cinquenta e um euros) e 350,00€ (trezentos e cinquenta euros); _____

_____ - Escalão C: 60,00€ (sessenta euros) / mês, para rendimentos per capita entre 351,00€ (trezentos e cinquenta e um euros) a 522,50€ (quinhentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos, correspondente ao valor do IAS/2025); _____

_____ Propõe-se que fiquem salvaguardadas todas as situações de carência económica e não somente informações que se reportem aos rendimentos do ano anterior, e que servem de suporte aos cálculos de atribuição do apoio. Estas situações são detetadas aquando da realização das entrevistas de avaliação social, podendo, caso exista essa necessidade, recolher informações junto dos parceiros da rede social. _____

_____ As mensalidades referentes aos meses de outubro de 2025 a junho de 2026 (nove meses) serão pagas por transferência bancária, em condições a definir anualmente, pela Câmara Municipal, conforme artigo do 17.º do regulamento do apoio extraordinário aos/às estudantes do ensino superior. _____

_____ Os/as estudantes que se encontrem a estudar nas regiões autónomas que, por motivos de redução do valor de viagens, alterem a residência, temporariamente, podem concorrer a este apoio. _____

_____ Os/as estudantes que se encontrem a estudar fora de Portugal Continental, por motivos escolares/estágios, possam ser entrevistados por vídeo chamada/online, após candidatura e convocatória para o efeito, assim como todos aqueles que, por motivos de saúde ou escolares, devidamente justificados, não possam estar presentes. _____

_____ Propõe-se que o prazo de candidaturas decorra de 15 de setembro a 31 de novembro de 2025. _____

_____ Interveio o **Senhor Vereador Tiago Borralho**, deixando um alerta que já havia sido salientado em anos anteriores, no sentido de que o processo em causa decorra com a maior celeridade possível. _____

_____ A **Senhora Vereadora Sónia Bento** acrescentou que os montantes em causa são importantes e fazem falta aos alunos, reforçando a necessidade de celeridade na sua disponibilização. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Aprovado proceder-se à Abertura das Candidaturas ao Apoio Extraordinário aos Estudantes do Ensino Superior, para o ano letivo de 2025/2026, a decorrer entre 15 de setembro a 31 de novembro de 2025;

Reunião de 01/09/2025

_____Aprovados os valores por escalão, e intervalos de rendimento, nomeadamente: _____

_____ - Escalão A: 150.00€ (cento e cinquenta euros) / mês, para rendimentos per capita mensal entre 0,00€ (zero euros) e 250,00€ (duzentos e cinquenta euros); _

_____ - Escalão B: 100,00€ (cem euros) / mês, para rendimentos per capita mensal entre 251,00€ (duzentos e cinquenta e um euros) e 350,00€ (trezentos e cinquenta euros); _____

_____ - Escalão C: 60,00€ (sessenta euros) / mês, para rendimentos per capita entre 351,00€ (trezentos e cinquenta e um euros) a 522,50€ (quinhentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos, correspondente ao valor do IAS/2025). _____

_____Aprovado, ainda, que fiquem salvaguardadas todas as situações de carência económica e não somente informações que se reportem aos rendimentos do ano anterior, e que servem de suporte aos cálculos de atribuição do apoio. Estas situações são detetadas aquando da realização das entrevistas de avaliação social, podendo, caso exista essa necessidade, recolher informações junto dos parceiros da rede social. _____

_____Que os/as estudantes que se encontrem a estudar fora de Portugal Continental, por motivos escolares/estágios, possam ser entrevistados por vídeo chamada/online, após candidatura e convocatória para o efeito, assim como todos aqueles que, por motivos de saúde ou escolares, devidamente justificados, não possam estar presentes. _____

_____Que os/as estudantes que se encontrem a estudar fora de Portugal Continental, por motivos escolares/estágios, possam ser entrevistados por vídeo chamada/online, após candidatura e convocatória para o efeito e a todos aqueles que por motivos de saúde ou escolares, devidamente justificados, não possam estar presentes. _____

_____As mensalidades referentes aos meses de outubro de 2025 a junho de 2026 (nove meses) serão pagas por transferência bancária, em condições a definir anualmente, pela Câmara Municipal, conforme artigo do 17.º do regulamento do apoio extraordinário aos/às estudantes do ensino superior. _____

_____Tomado conhecimento da listagem de documentos obrigatórios para a candidatura, aviso e boletim de candidatura. _____

3.3 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Joana Pires. Documento ref.^a 202520086. Processo ref.^a 2025/300.10.005/1735. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se solicita à Câmara Municipal a aprovação de Parecer Prévio Vinculativo para Aquisição de Serviços, em Regime de Avença, para Técnico de Desporto, para assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's – Atividades Físicas e Desportivas, Expressão Motora no Ensino Pré-Escolar e AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família/Componente de Apoio à Família, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das instalações desportivas do Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, serviço a prestar por Joana Pereira Pires, enquadrado na Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, adaptada às autarquias locais por via do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09 e, posteriormente, por via do art.º 32.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP). _____

_____ A prestação do serviço tem um valor de 5.908,61€ (cinco mil, novecentos e oito euros e sessenta e um cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, correspondendo a um preço/hora de 15,75€, (quinze euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. _____

_____ O objeto contratual não confere qualquer subordinação jurídica do prestador de serviços à Autarquia, não ficando aquele vinculado a posto de trabalho, horário laboral e dependência jurídica e técnica da entidade contratante, considerando que os serviços a prestar se realizam com total competência, autonomia técnica e especializada. _____

_____ O Município de Alcanena não dispõe, no seu Mapa de Pessoal Técnico, de recursos humanos próprios, em número suficiente, para assegurar a programação das atividades acima mencionadas. _____

_____ A despesa encontra-se devidamente enquadrada orçamentalmente. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Parecer Prévio Vinculativo, para Aquisição de Serviços, para Técnico de Desporto, para assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's – Atividades Físicas e Desportivas, Expressão Motora no Ensino Pré-Escolar e AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família/Componente de Apoio à Família, na modalidade de Avença, a Joana Pereira Pires, pelo valor de 5.908,61€ (cinco mil, novecentos e oito euros e sessenta e um cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, nos termos do n.º 2, do art.º 32.º, da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e articulado no n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09. _____

Reunião de 01/09/2025

3.4 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Tiago Jesus. Documento ref.ª 202520085. Processo ref.ª 2025/300.10.005/1737. (Para deliberação)

Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se solicita à Câmara Municipal a aprovação de Parecer Prévio Vinculativo para Aquisição de Serviços, em Regime de Avença, para Técnico de Desporto, para assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's – Atividades Físicas e Desportivas, Expressão Motora no Ensino Pré-Escolar, Atividades Animação Apoio Família/Componente de Apoio à Família e Seniores Ativos, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das instalações desportivas do Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, serviço a prestar por Tiago André Silva Jesus, enquadrado na Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, adaptada às autarquias locais por via do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09 e, posteriormente, por via do art.º 32.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

A prestação do serviço tem um valor de 14.103,18€ (catorze mil, cento e três euros e dezoito cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, correspondendo a um preço/hora de 15,75€, (quinze euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de Iva à taxa legal em vigor.

O objeto contratual não confere qualquer subordinação jurídica do prestador de serviços à Autarquia, não ficando aquele vinculado a posto de trabalho, horário laboral e dependência jurídica e técnica da entidade contratante, considerando que os serviços a prestar se realizam com total competência, autonomia técnica e especializada.

O Município de Alcanena não dispõe, no seu Mapa de Pessoal Técnico, de recursos humanos próprios, em número suficiente, para assegurar a programação das atividades acima mencionadas.

A despesa encontra-se devidamente enquadrada orçamentalmente.

Deliberação, tomada por unanimidade: Aprovado o Parecer Prévio Vinculativo, para Aquisição de Serviços, para Técnico de Desporto, para assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's – Atividades Físicas e Desportivas, Expressão Motora no Ensino Pré-Escolar, Atividades Animação Apoio Família/Componente de Apoio à Família e Seniores Ativos, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das

instalações desportivas do Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, na modalidade de Avença, a Tiago André Silva Jesus, pelo valor de 14.103,18€ (catorze mil, cento e três euros e dezoito cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, nos termos do n.º 2, do art.º 32.º, da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e articulado no n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09. _____

3.5 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Tânia Valente. Documento ref.ª 202520091. Processo ref.ª 2025/300.10.005/1736. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se solicita à Câmara Municipal a aprovação de Parecer Prévio Vinculativo para Aquisição de Serviços, em Regime de Avença, para Técnico de Desporto, para assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's – Atividades Físicas e Desportivas, Seniores Ativos e Atividades de Animação e Apoio à Família/Componente de Apoio à Família, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das instalações desportivas do Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, serviço a prestar por Tânia Alexandra Moreira Valente, enquadrado na Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, adaptada às autarquias locais por via do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09 e, posteriormente, por via do art.º 32.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP). _____

_____ A prestação do serviço tem um valor de 6.276,69€ (seis mil, duzentos e setenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, correspondendo a um preço hora de 15,75€, (quinze euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. _____

_____ O objeto contratual não confere qualquer subordinação jurídica do prestador de serviços à Autarquia, não ficando aquele vinculado a posto de trabalho, horário laboral e dependência jurídica e técnica da entidade contratante, considerando que os serviços a prestar se realizam com total competência, autonomia técnica e especializada. _____

_____ O Município de Alcanena não dispõe, no seu Mapa de Pessoal Técnico, de recursos humanos próprios, em número suficiente, para assegurar a programação das atividades acima mencionadas. _____

_____ A despesa encontra-se devidamente enquadrada orçamentalmente. _____

Reunião de 01/09/2025

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado Parecer Prévio Vinculativo, para Aquisição de Serviços, para Técnico de Desporto, para assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's – Atividades Físicas e Desportivas, Seniores Ativos e Atividades de Animação e Apoio à Família/Componente de Apoio à Família, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das instalações desportivas do Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, na modalidade de Avença, a Tânia Alexandra Moreira Valente, pelo valor de 6.276,69€ (seis mil, duzentos e setenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, nos termos do n.º 2, do art.º 32.º, da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e articulado no n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09. _____

_____ **3.6 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Ariana Marta. Documento ref.ª 202520088. Processo ref.ª 2025/300.10.005/1733. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se solicita à Câmara Municipal a aprovação de Parecer Prévio Vinculativo para Aquisição de Serviços, em Regime de Avença, para Técnico de Desporto, para assegurar de forma intermitente, concentrada e pontual as atividades extracurriculares, com experiência e competência técnica demonstrada, que possam assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's - Atividades Físicas e Desportivas, Expressão Motora no Ensino Pré-Escolar e Atividades de Animação e Apoio à Família / Componente de Apoio à Família, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das instalações desportivas do Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, serviço a prestar por Ariana Anacleto Marta, enquadrado na Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, adaptada às autarquias locais por via do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09 e, posteriormente, por via do art.º 32.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP). _____

_____ A prestação do serviço tem um valor de 8.833,86€ (oito mil, oitocentos e trinta e três euros e oitenta e seis cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, correspondendo a um preço hora de 15,75€, (quinze euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. _____

_____ O objeto contratual não confere qualquer subordinação jurídica do prestador de serviços à Autarquia, não ficando aquele vinculado a posto de trabalho, horário laboral e dependência jurídica e técnica da entidade contratante, considerando que os serviços a prestar se realizam com total competência, autonomia técnica e especializada. _____

_____ O Município de Alcanena não dispõe, no seu Mapa de Pessoal Técnico, de recursos humanos próprios, em número suficiente, para assegurar a programação das atividades acima mencionadas. _____

_____ A despesa encontra-se devidamente enquadrada orçamentalmente. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado Parecer Prévio Vinculativo, para Aquisição de Serviços, para Técnico de Desporto, para assegurar de forma intermitente, concentrada e pontual as atividades extracurriculares, com experiência e competência técnica demonstrada, que possam assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's - Atividades Físicas e Desportivas, Expressão Motora no Ensino Pré-Escolar e Atividades de Animação e Apoio à Família / Componente de Apoio à Família, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das instalações desportivas do Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, na modalidade de Avença, a Ariana Anacleto Marta, pelo valor de 8.833,86€ (oito mil, oitocentos e trinta e três euros e oitenta e seis cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, nos termos do n.º 2, do art.º 32.º, da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e articulado no n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09. _____

_____ **3.7 - Emissão de parecer prévio vinculativo – Aquisição de serviços em regime de avença de 1 Técnico de Desporto, na modalidade de contrato de prestação – Bernardo Martins. Documento ref.ª 202520092. Processo ref.ª 2025/300.10.005/1734. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se solicita à Câmara Municipal a aprovação de Parecer Prévio Vinculativo para Aquisição de Serviços, em Regime de Avença, para Técnico de Desporto, para assegurar de forma intermitente, concentrada e pontual as atividades extracurriculares, com experiência e competência técnica demonstrada, que possam assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's – Atividades Físicas e Desportivas, Expressão Motora no Ensino Pré-Escolar e Atividades de Animação e Apoio à Família/Componente de Apoio à Família, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das instalações desportivas do

Reunião de 01/09/2025

Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, serviço a prestar por Bernardo Filipe Rodrigues Martins, enquadrado na Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, adaptada às autarquias locais por via do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09 e, posteriormente, por via do art.º 32.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP). _____

_____ A prestação do serviço tem um valor de 10.867,97€ (dez mil, oitocentos e sessenta e sete euros e noventa e sete cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, correspondendo a um preço hora de 15,75€, (quinze euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. _____

_____ O objeto contratual não confere qualquer subordinação jurídica do prestador de serviços à Autarquia, não ficando aquele vinculado a posto de trabalho, horário laboral e dependência jurídica e técnica da entidade contratante, considerando que os serviços a prestar se realizam com total competência, autonomia técnica e especializada. _____

_____ O Município de Alcanena não dispõe, no seu Mapa de Pessoal Técnico, de recursos humanos próprios, em número suficiente, para assegurar a programação das atividades acima mencionadas. _____

_____ A despesa encontra-se devidamente enquadrada orçamentalmente. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado Parecer Prévio Vinculativo, para Aquisição de Serviços, para Técnico de Desporto, para assegurar de forma intermitente, concentrada e pontual as atividades extracurriculares, com experiência e competência técnica demonstrada, que possam assegurar a programação das atividades decorrentes das AEC's – Atividades Físicas e Desportivas, Expressão Motora no Ensino Pré-Escolar e Atividades de Animação e Apoio à Família/Componente de Apoio à Família, planificando e dinamizando-as, com total autonomia técnica, logística e humana, dispondo das instalações desportivas do Município (Pavilhões Desportivos Municipais e Piscinas Municipais) e de estabelecimentos de ensino para a dinamização das mesmas, na modalidade de Avença, a Bernardo Filipe Rodrigues Martins, pelo valor de 10.867,97€ (dez mil, oitocentos e sessenta e sete euros e noventa e sete cêntimos), com IVA incluído à taxa legal em vigor, nos termos do n.º 2, do art.º 32.º, da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e articulado no n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09. _____

_____ **4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO** _____

_____ 4.1 - Regulamento Acreditar Alcanena - Pedido de Isenção IMI, ao abrigo do artigo 15.º - Famílias Numerosas. Documento ref.ª 202519685. Processo ref.ª 2025/850.10.003/43. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação 202519685, na qual se informa que veio o requerente nela identificado, apresentar pedido para enquadramento no Regulamento Acreditar Alcanena - Regulamento de incentivos fiscais à fixação de pessoas, famílias e empresas, designadamente nos apoios previstos no artigo 15.º - Apoio a famílias numerosas. _____

_____ Analisado o pedido, entenderam os serviços que estão cumpridos os pressupostos para atribuição do apoio correspondente à isenção do pagamento do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2025, a liquidar em 2026, dado que o agregado familiar em questão é considerado família numerosa, por ser constituído por 5 pessoas, sendo 3 delas dependentes. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado, nos termos do artigo 24.º, do Regulamento Acreditar Alcanena, o pedido de apoio solicitado pelo requerente identificado na informação número 202519685, correspondente à isenção do pagamento da taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, referente ao ano civil de 2025, a liquidar em 2026, correspondente ao imóvel do artigo matricial n.º 2524 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, ao abrigo do artigo 15.º - Apoio a famílias numerosas, do Regulamento Acreditar Alcanena. _____

_____ Mais, foi deliberado comunicar a presente decisão ao requerente, devendo os serviços comunicar igualmente a isenção à Autoridade Tributária, até 31/12/2025, por transmissão eletrónica de dados, conforme o n.º 14, do artigo 112.º, do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. _____

_____ 4.2 - Regulamento Acreditar Alcanena - Pedido de Isenção IMI, ao abrigo do artigo 15.º - Famílias Numerosas. Documento ref.ª 202519704. Processo ref.ª 2025/850.10.003/50. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação 202519704, na qual se informa que veio o requerente nela identificado, apresentar pedido para enquadramento no Regulamento Acreditar Alcanena - Regulamento de incentivos fiscais à fixação de pessoas, famílias e empresas, designadamente nos apoios previstos no artigo 15.º - Apoio a famílias numerosas. _____

_____ Analisado o pedido, entenderam os serviços que estão cumpridos os pressupostos para atribuição do apoio correspondente à isenção do pagamento do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2025, a liquidar em 2026, dado que

o agregado familiar em questão é considerado família numerosa, por ser constituído por 5 pessoas, sendo 3 delas dependentes. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado, nos termos do artigo 24.º, do Regulamento Acreditar Alcanena, o pedido de apoio solicitado pelo requerente identificado na informação 202519704, correspondente à isenção do pagamento da taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, referente ao ano civil de 2025, a liquidar em 2026, correspondente ao imóvel do artigo matricial n.º 2998, fração P, da Freguesia de Minde, ao abrigo do artigo 15.º - Apoio a famílias numerosas, do Regulamento Acreditar Alcanena. _____

_____ Mais, foi deliberado comunicar a presente decisão ao requerente, devendo os serviços comunicar igualmente a isenção à Autoridade Tributária, até 31/12/2025, por transmissão eletrónica de dados, conforme o n.º 14, do artigo 112.º, do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. _____

_____ **4.3 - Regulamento Acreditar Alcanena - Pedido de Isenção IMI, ao abrigo do artigo 16.º - Apoio à fixação de residência de jovens. Documento ref.ª 202518251. Processo ref.ª 2025/850.10.003/44. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação 202518251, na qual se informa que veio o requerente nela identificado, apresentar pedido para enquadramento no Regulamento Acreditar Alcanena - Regulamento de incentivos fiscais à fixação de pessoas, famílias e empresas, designadamente nos apoios previstos no artigo 16.º - Apoio à fixação de residência de jovens. _____

_____ Analisado o pedido, entenderam os serviços que estão cumpridos os pressupostos para atribuição do apoio correspondente à isenção do pagamento do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, para os anos de 2025, 2026 e 2027. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado, nos termos do artigo 24.º, do Regulamento Acreditar Alcanena, o pedido de apoio solicitado pelo requerente identificado na informação 202518251, correspondente à isenção do pagamento da taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, referente aos anos civis de 2025, 2026 e 2027, correspondente ao imóvel com o artigo matricial n.º 2909, fração H, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, ao abrigo do artigo 16.º - Apoio à fixação de residência de jovens, do Regulamento Acreditar Alcanena. _____

_____ Mais, foi deliberado comunicar a presente decisão ao requerente, devendo os serviços comunicar igualmente a isenção à Autoridade Tributária, até 31/12/2025, por transmissão eletrónica de dados, conforme o n.º 14, do artigo 112.º, do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. _____

_____ 4.4 - Majoração da taxa de IMI 2024 - Matriz Urbana n.º 2146 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira. Documento ref.ª 202518148. Processo ref.ª 2024/350.10.200/4. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, a qual se deixa aqui por transcrita. A referida informação dá conta de que, na sequência do processo de majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2024, aplicável a edifícios classificados como devolutos, em ruína ou degradados, nos termos e para os efeitos do artigo 112.º, n.ºs 3 e 8, do Código do IMI — e, em particular, relativamente à classificação do prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo 2146 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, sito na Rua Principal, n.º 1035, Gouxaria, como estando em estado de ruína, informa-se o seguinte: _____

_____ Em 15 de julho de 2025, a Senhora Ana Maria dos Santos Calçada Alves, na qualidade de titular de 1/2 do prédio acima identificado, informou telefonicamente os serviços que verificou, na sua nota de liquidação do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, emitida pela Autoridade Tributária, que a sua matriz 2146 tinha sido majorada. _____

_____ Informou que, neste artigo matricial, está instalado o estabelecimento “Sportmotos”, em funcionamento, e que, por isso, a classificação em “ruína” estaria incorreta. Mais, indicou que as antigas fábricas/armazéns industriais em ruínas nas traseiras desta matriz não lhe pertencem. _____

_____ Foi verificado e confirmado que as matrizes 2666 e 2777 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, foram também majoradas na taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis na classificação de ruína. _____

_____ Face ao exposto, e confirmada a situação informada, foi aferido que a situação deve de ser corrigida por se encontrar efetivamente incorreta, sendo por isso proposto: _____

_____ 1 - Que seja deliberado desclassificar a matriz n.º 2146 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, dos titulares Carmosinda Calçada da Silva Veloso e Ana Maria Dos Santos Calçada Alves, da condição de ruína, e a qual tinha sido majorada na taxa de IMI, - Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos do n.º 3 do artigo 112º do Código IMI, para o ano de 2024. _____

_____ 2 - Que seja comunicada a decisão à Autoridade Tributária, designadamente via correio eletrónico para o serviço de finanças de Alcanena, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 115º do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação. _____

_____ 3 - Que seja comunicado ao requerente a deliberação tomada pelo contato de email. _ _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Desclassificar a matriz n.º 2146 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, dos titulares Carmosinda Calçada da Silva Veloso e Ana Maria Dos Santos Calçada Alves, da condição de ruína, e a qual tinha sido majorada na taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do Código IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2024. _____

_____ Mais, foi deliberado comunicar a presente decisão ao requerente, devendo os serviços comunicar igualmente a decisão à Autoridade Tributária, designadamente via correio eletrónico, para o Serviço de Finanças de Alcanena, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 115.º do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação. _____

_____ **4.5 - Imposto Municipal sobre Imóveis 2024 – Intenção de classificação do prédio como ruína - Artigo matricial n.º 306 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira. Documento ref.ª 202518237. Processo ref.ª 2024/350.10.200/4. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, a qual se deixa aqui por transcrita. A referida informação dá conta de que, na sequência do processo de majoração da taxa de imposto municipal sobre imóveis (IMI), para o ano de 2024, para edifícios classificados como devolutos, em ruína ou degradados, nos termos e para efeitos do artigo 112.º do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, n.ºs 3 e 8; especial e designadamente a classificação da matriz urbana 306 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, com localização em Rua da Capela, Peral - Alcanena, na qualidade de ruína, informa-se que: _____

_____ Em 25 de julho de 2025, a Senhora Adília Lourenço Dias Jorge Ribeiro, na qualidade de titular na herança do prédio acima identificado, informou, em atendimento presencial nos serviços da DDSU – Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, que verificou, na sua nota de liquidação do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, emitida pela Autoridade Tributária, que a sua matriz 306 tinha sido majorada.

_____ Informou que este artigo matricial corresponde à sua casa e que o imóvel a que nos deveríamos referir seria a matriz 296, esse sim em ruína. É importante referir que esta munícipe já tinha, em sede de audiência prévia, informado que havia uma incorreção na identificação do prédio, mas não informou ser proprietária de outro prédio no concelho (Informação registo n.º 202430982 de 10/12/2024). _____

_____ Assim, foi verificado e confirmado, presencialmente com a proprietária, que as matrizes 296 e 306 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, apresentam a mesma “localização”, “descrição” “coordenadas” e “tipo de avaliação” (de ressaltar que a própria Autoridade Tributária, em 2021, já tinha considerado para efeitos de valor patrimonial os prédios em ruína – Aval. Artigo 46.º n.º 5”, o que levou em erro à identificação e localização correta do prédio. _____

_____ Face ao exposto, e confirmada a situação informada, foi aferido que a situação deve de ser corrigida por se encontrar efetivamente incorreta, sendo, por isso, proposto: _____

_____ 1 - Que seja deliberado desclassificar, a matriz n.º 306 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, do titular CCH de Manuela Jorge Lourenço, da condição de ruína, e a qual tinha sido majorada na taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do Código IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2024. _____

_____ 2 - Que seja deliberado classificar a matriz n.º 296 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, do titular (em 2024) CCH de Manuela Jorge Lourenço, atualmente (vendido em 2025) na titularidade de Rozilda Correa Sobreira, na condição de ruína, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do Código IMI – Imposto Municipal, para o ano de 2024. _____

_____ 3 - Que seja comunicada a decisão à Autoridade Tributária, designadamente via correio eletrónico para o serviço de finanças de Alcanena, nos termos da alínea c,) do n.º 1, do artigo 115.º do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação. _____

_____ 4 - Que seja comunicado ao requerente a deliberação tomada pelo contato de email. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Desclassificar a matriz n.º 306 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, titularidade de CCH de Manuela Jorge Lourenço, da condição de ruína, tendo esta implicado a majoração da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2024. _____

_____ Deliberado, igualmente, classificar como em ruína a matriz n.º 296 da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, titularidade em 2024 de CCH de Manuela Jorge Lourenço e, atualmente (após venda em 2025), pertencente a Rozilda Correa Sobreira, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, para efeitos do ano de 2024. _____

_____ Mais, foi deliberado comunicar a presente decisão ao requerente, devendo os serviços comunicar igualmente a decisão à Autoridade Tributária, designadamente via correio eletrónico, para o Serviço de Finanças de Alcanena, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 115.º do Código do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação. _____

_____ **5 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS _**

_____ **5.1 - Minuta do contrato referente ao 1.º Adicional ao contrato número 75/2024, de Adjudicação da empreitada número n.º DPGOM _2024_07- Execução do Parque do Lavradio, à firma “MIRATERRA – OBRAS PÚBLICAS, LDA”., adicional este referente a trabalhos complementares – erros e omissões e outros - e trabalhos a menos. Documento ref.ª 202519870. Processo ref.ª 2025/400.30.001/80. (Para deliberação) _____**

_____ Presente à reunião a informação n.º 202519870, na qual se remete, para aprovação, a Minuta de Contrato referente ao 1.º Adicional ao contrato administrativo n.º 75/2025, de adjudicação da empreitada DPGOM _2024_07- Execução do Parque do Lavradio, à firma “MIRATERRA – OBRAS PÚBLICAS, LDA”., adicional este referente a: _____

_____ - Trabalhos complementares de Erros e Omissões no valor total de 47.139,31€ (quarenta e sete mil, cento e trinta e nove euros e trinta e um cêntimos), deste sendo 45.368,27€ (quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito euros e vinte e sete cêntimos) da responsabilidade do primeiro outorgante e 1.771,04€ (mil, setecentos e setenta e um euros e quatro cêntimos) da responsabilidade da segunda outorgante, valores aos quais acresce IVA - Imposto Sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor; _____

_____ - Trabalhos complementares outros, no valor de 23.573,15€ (vinte e três mil, quinhentos e setenta e três euros e quinze cêntimos), valor a que acresce IVA - Imposto Sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor; _____

_____ - Trabalhos a menos no valor de 17.429,41€ (dezassete mil, quatrocentos e vinte e nove euros e quarenta e um cêntimos), a que acresce IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a Minuta de Contrato referente ao 1.º Adicional ao contrato administrativo n.º 75/2025, de adjudicação da empreitada DPGOM _2024_07- Execução do Parque do Lavradio, à firma “MIRATERRA – OBRAS PÚBLICAS, LDA”., adicional este referente a: _____

_____ - Trabalhos complementares de Erros e Omissões no valor total de 47.139,31€ (quarenta e sete mil, cento e trinta e nove euros e trinta e um cêntimos),

deste sendo 45.368,27€ (quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito euros e vinte e sete cêntimos) da responsabilidade do primeiro outorgante e 1.771,04€ (mil, setecentos e setenta e um euros e quatro cêntimos) da responsabilidade da segunda outorgante, valores aos quais acresce IVA - Imposto Sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor; _____

_____ - Trabalhos complementares outros, no valor de 23.573,15€ (vinte e três mil, quinhentos e setenta e três euros e quinze cêntimos), valor a que acresce IVA - Imposto Sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor; _____

_____ - Trabalhos a menos no valor de 17.429,41€ (dezassete mil, quatrocentos e vinte e nove euros e quarenta e um cêntimos), a que acresce IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. _____

_____ Aprovado, ainda, todo o proposto na informação ref.^a 202519870, constante do processo ref.^a 2025/400.30.001/80, referente à elaboração do contrato, nomeadamente: _____

_____ a) A Notificação do adjudicatário para apresentação dos documentos de habilitação, no prazo de 5 (cinco) dias; _____

_____ b) Notificar o adjudicatário para apresentar caução autónoma e à 1.^a solicitação no valor de 6.894,14€ (seis mil, oitocentos e noventa e quatro euros e catorze cêntimos), correspondente a 10% (dez por cento) do preço dos trabalhos complementares da responsabilidade do Dono da Obra, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação. _____

_____ c) Informar-se o adjudicatário que a assinatura do contrato é por via digital e que, se for necessária procuração, esta deve ser entregue em original ou cópia devidamente autenticada, ao Município de Alcanena, ou facilitado o código de acesso online da procuração, desde que os documentos estejam devidamente depositados com o objeto da procuração bem definido; _____

_____ d) Enviar ao adjudicatário a minuta de contrato, informando que se devem pronunciar sobre a mesma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, considerando-se aprovada se, findo tal prazo, nada disserem. _____

_____ **5.2 - Empreitada_ DPGOM_2025_023- Remodelação do sistema AVAC do Cine-Teatro São Pedro em Alcanena:** _____

_____ - Relatório Final - Ata n.º 3 do júri do Concurso Público. Documento ref.^a 202519572. Processo ref.^a 2025/300.10.001/26. (Para deliberação) _____

_____ - Minuta de contrato. Documento ref.^a 202519786. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se propõe a aprovação das propostas do Relatório Final e do Relatório Preliminar, quanto

Reunião de 01/09/2025

à Adjudicação da Empreitada_DPGOM_2025_023 - Remodelação do sistema AVAC do Cine-Teatro São Pedro, em Alcanena, adjudicado ao concorrente José António J. Brito – Eletricidade e Climatização, Lda., pelo valor de 234.898,94€ (duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e oito euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, e um prazo de execução de 120 dias e, em simultâneo, a aprovação da Minuta de Contrato a celebrar com o concorrente. _____

Deliberação, tomada por unanimidade: Aprovado: _____

_____ 1 - Todas as propostas contidas no Relatório Final e Relatório Preliminar quanto à Adjudicação da Empreitada_DPGOM_2025_023 - Remodelação do sistema AVAC do Cine-Teatro São Pedro, em Alcanena, no que se refere, nomeadamente, à exclusão, admissão e ordenação de propostas para efeitos de adjudicação, nos termos do n.º 4, do artigo 148.º, do Código dos Contratos Públicos; _____

_____ 2 - Adjudicar a Empreitada_DPGOM_2025_023 - Remodelação do sistema AVAC do Cine-Teatro São Pedro, em Alcanena, ao concorrente José António J. Brito – Eletricidade e Climatização, Lda., pelo valor de 234.898,94€ (duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e oito euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, e um prazo de execução de 120 dias; _____

_____ 3 - Aprovada a Minuta do Contrato, nos termos do n.º 1, do artigo 98.º, do CCP – Código dos Contratos Públicos; _____

_____ 4 – Mais, foi deliberado, nos termos do estabelecido no artigo 77.º do CCP – Código dos Contratos Públicos: _____

_____ a) A notificação da decisão de adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, acompanhado do Relatório Final; _____

_____ b) Notificar o adjudicatário para proceder à prestação de caução no valor de 11.744,95€ (onze mil, setecentos e quarenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos), correspondente a 5% do preço contratual, acrescido de IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado, no prazo de 10 dias a contar da notificação; _____

_____ c) A Notificação do adjudicatário para apresentação dos documentos de habilitação, no prazo de 10 dias; _____

_____ d) A notificação do adjudicatário, a confirmar no prazo de 10 dias, os compromissos, se for o caso, assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada; _____

_____ e) Em simultâneo com a adjudicação, a notificação da minuta do contrato, indicando expressamente os ajustamentos propostos de acordo com o artigo 100.º, do CCP – Código dos Contratos Públicos. _____

_____ **5.3 - Emp_DPGOM_2024_30 – Requalificação da Escola Primária de Bugalhos em Creche:** _____

_____ - **Erros e Omissões, Trabalhos Complementares e trabalhos a menos - Prorrogação de Prazo. Documento ref.^a 202517822. Processo ref.^a 2024/300.10.001/82. (Para deliberação)** _____

_____ - **Minuta de contrato. Documento ref.^a 202520008. Processo ref.^a 2025/400.30.001/83. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação n.º 202517822, na qual se propõe, para aprovação, o 1.º Adicional ao contrato administrativo n.º 106/2024, de Adjudicação da empreitada DPGOM_2024_30 – Requalificação da Escola Primária de Bugalhos em Creche, à firma “Miraterra – Obras Públicas, Lda.”, adicional este referente a Trabalhos Complementares, incluindo erros e omissões, no valor de 34.281,63€ (trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos) e trabalhos a menos no valor de 6.901,10€ (seis mil, novecentos e um euros e dez cêntimos), ambos os valores acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. _____

_____ É também presente à reunião, para aprovação, a respetiva Minuta de Contrato, conforme informação n.º 202520008. _____

_____ Propõe-se ainda a aprovação da prorrogação do prazo em 20 dias, solicitando o plano de trabalhos, plano de mão de obra e equipamentos, plano de pagamentos e cronograma financeiro ajustados à referida prorrogação. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** _____

_____ Aprovado o proposto na informação técnica n.º 202517822, constante do processo 2024/300.10.001/82, nomeadamente: _____

_____ - Os Trabalhos Complementares no valor de 34.281,63€ (trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos) e trabalhos a menos no valor de 6.901,10€ (seis mil, novecentos e um euros e dez cêntimos), ambos os valores acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. _____

_____ - A modificação do contrato de empreitada, mediante a celebração de contrato adicional no respetivo valor dos Trabalhos Complementares e Trabalhos a Menos; _____

_____ - A prorrogação do prazo em 20 dias, solicitando o plano de trabalhos, plano de mão de obra e equipamentos, plano de pagamentos e cronograma financeiro ajustados à referida prorrogação; _____

_____ - A comunicação da aprovação ao empreiteiro com a respetiva ordem de execução dos Trabalhos Complementares; _____

Reunião de 01/09/2025

_____Aprovada também a Minuta de Contrato do 1.º Adicional ao contrato administrativo n.º 106/2024, de Adjudicação da empreitada DPGOM_2024_30 – Requalificação da Escola Primária de Bugalhos em Creche, à firma “Miraterra – Obras Públicas, Lda.”, adicional este referente a Trabalhos Complementares, incluindo erros e omissões, no valor de 34.281,63€ (trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos) e trabalhos a menos no valor de 6.901,10€ (seis mil, novecentos e um euros e dez cêntimos), ambos os valores acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado; _____

_____Aprovado, ainda, todo o proposto na informação ref.ª 202520008, referente à elaboração do contrato, nomeadamente: _____

_____a) A Notificação do adjudicatário para apresentação dos documentos de habilitação, no prazo de 10 dias; _____

_____b) Notificar o adjudicatário para proceder à prestação de caução no valor de 1.714,08€ (mil, setecentos e catorze euros e oito cêntimos), correspondente a 5% do valor dos trabalhos complementares, no prazo de 10 dias a contar da notificação. _

_____c) Enviar ao adjudicatário a minuta de contrato, informando que se devem pronunciar sobre a mesma, no prazo de 5 dias úteis, considerando-se aprovada se, findo tal prazo, nada disserem. _____

_____d) Nos termos do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, a outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação. _____

_____Relativamente ao ponto 3.5 da informação em apreço, foi dado conhecimento de que os técnicos municipais se deslocaram ao local da obra com o objetivo de identificar e avaliar a necessidade e relevância dos trabalhos adicionais. ___

_____Ficou deliberado que a lista dos trabalhos identificados e respetivamente orçamentados deverá ser apresentada na próxima Reunião de Câmara, para efeitos de apreciação e aprovação, após realização do devido enquadramento financeiro. ___

_____ **6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ **6.1 - Proposta de apoio financeiro à Associação Centro Ciência Viva do Alviela. Documento ref.ª 202519448. Processo ref.ª 2025/850.10.003/49. (Para deliberação)** _____

_____Presente à reunião a proposta n.º 202519448, no sentido da atribuição de apoio financeiro à ACCVA - Associação Centro Ciência Viva do Alviela, no valor de 59.815,34€ (cinquenta e nove mil, oitocentos e quinze euros e trinta e quatro cêntimos), destinado ao reequilíbrio do resultado líquido referente ao exercício de

2024, conforme solicitado pela referida associação ao abrigo do Contrato-Programa celebrado com o Município de Alcanena. _____

_____ Nos termos das alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município tem atribuições nos domínios da educação, ensino e formação profissional, bem como do património, cultura e ciência. Ainda nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, visando a realização de atividades de interesse municipal. _____

_____ O Centro Ciência Viva do Alviela, gerido pela ACCVA - Associação Centro Ciência Viva do Alviela, é uma estrutura de reconhecido interesse municipal, que desenvolve ações de divulgação científica e tecnológica, em estreita articulação com a comunidade educativa, científica e institucional, promovendo o desenvolvimento cultural e social do concelho. A Câmara Municipal de Alcanena integra os órgãos sociais da associação, contribuindo, nos termos dos artigos 8.º, 11.º e 29.º dos respetivos Estatutos, para a aprovação de documentos de gestão e para o financiamento do seu funcionamento. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a concessão de apoio financeiro à ACCVA - Associação Centro Ciência Viva do Alviela, no montante de 59.815,34€ (cinquenta e nove mil, oitocentos e quinze euros e trinta e quatro cêntimos), destinado ao reequilíbrio do resultado líquido do exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Contrato-Programa em vigor, e em conformidade com o disposto no artigo 29.º dos Estatutos da Associação, bem como ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ **6.2 - Proposta de doação de documentos de Judite Reis para o Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcanena. Documento ref.ª 202518910. Processo ref.ª 2025/300.10.004/17. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta referida em epígrafe, que propõe à Câmara Municipal a aceitação da doação de dois documentos pertencentes à Senhora Judite Reis, com vista à sua incorporação no acervo do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcanena, conforme Auto de Incorporação de Documentos que acompanha a presente proposta. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aceite a doação de dois documentos pertencentes à Senhora Judite Reis, conforme descrito no Auto de Doação, e a incorporar no espólio do Museu Municipal, ao abrigo da alínea j), do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

Reunião de 01/09/2025

_____ Mais, foi deliberado efetuar o devido agradecimento à ofertante, Senhora Judite Reis, enquanto reconhecimento do importante contributo para a preservação e divulgação do património cultural concelhio. _____

_____ **6.3 - Proposta de doação de documentos de Marta Pimpão para o Centro de Documentação do Museu Municipal. Documento ref.ª 202518931. Processo ref.ª 2025/300.10.004/15. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta referida em epígrafe, que propõe à Câmara Municipal a aceitação da doação de vários documentos pertencentes à Senhora Marta Pimpão, outrora pertencentes a Mário Fernandes Costa, com vista à sua incorporação no acervo do Centro de Documentação do Museu Municipal de Alcanena, na área dos curtumes, conforme Auto de Incorporação de Documentos que acompanha a presente proposta. _ _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aceite a doação de vários documentos pertencentes à Senhora Marta Pimpão, outrora pertencentes a Mário Fernandes Costa, conforme descrito no Auto de Doação, e a incorporar no espólio do Museu Municipal, na área dos curtumes, ao abrigo da alínea j), do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

_____ Mais, foi deliberado efetuar o devido agradecimento à ofertante, Senhora Marta Pimpão, enquanto reconhecimento do importante contributo para a preservação e divulgação do património cultural concelhio. _____

_____ **7 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL** _____

_____ **7.1 - Ponto de Situação Proteção Civil - DECIR 2025, de 1 a 31 de agosto. Documento ref.ª 202519266. Processo ref.ª 2025/550.20.500/63. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião, para conhecimento, o Ponto de Situação DECIR 2025 - Período de 01 a 31 de agosto. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Ponto de Situação DECIR 2025 - Período de 01 a 31 de agosto. _____

_____ **8 - SERVIÇO VETERINÁRIO MUNICIPAL** _____

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** _____

_____ Solicitou o uso da palavra o **Senhor Joaquim Ganaipo**, que voltou a abordar o tema da recolha dos contentores de roupa usada, referindo que, na freguesia do Malhou, existem vários contentores cheios, com peças de roupa espalhadas no chão. Questionou ainda quem é o responsável pela recolha desses resíduos. _ _____

_____ Manifestou igualmente a sua preocupação com a forma como os funcionários afetos à recolha de resíduos sólidos urbanos realizam o serviço, afirmando que o trabalho deixava muito a desejar, nomeadamente pelo modo como os contentores são deixados no local após a recolha. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Vice-Presidente da Câmara** informou que o Senhor Vereador Nuno Silva iria contactar a empresa responsável, de forma a garantir que a recolha fosse efetuada com a maior brevidade possível, uma vez que situações semelhantes se verificam em diversas localidades do concelho. _____

_____ **Aprovação da Ata em Minuta.** _____

_____ **Às 15h10 foi encerrada a reunião**, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar esta Ata em Minuta, para efeitos de execução imediata, na parte deliberatória, a qual foi assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Ana Carina Grilo Salgueiro, Técnica Superior, tendo sido dada ordem de execução imediata, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, das deliberações tomadas, ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _

_____ Lavrada a presente Ata, nos termos do n.º 1, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a mesma vai ser assinada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, e por mim, Ana Carina Grilo Salgueiro, que também elaborei, mandei lavrar e subscrevi. _____

O Vice-Presidente da Câmara

ALEXANDRE HILÁRIO
AFONSO GAMEIRO
PIRES

Digitally signed by ALEXANDRE
HILÁRIO AFONSO GAMEIRO PIRES
Date: 2025.09.19 12:23:45 +01'00'

(Alexandre Hilário Afonso Gameiro Pires)

A Secretária da Reunião de Câmara

Ana Carina
Grilo Salgueiro

Digitally signed by Ana
Carina Grilo Salgueiro
Date: 2025.09.19
12:48:54 +01'00'

(Ana Carina Grilo Salgueiro)